



ISSN: 2358-0844
n. 18, v. 1
out.2022-dez.2022
p. 116-137

Prostituição em Amsterdã: regulação e dinâmicas de gênero no Red Light District

(Prostitution in Amsterdam: regulation and gender dynamics in the Red Light District)

(Prostitución en Ámsterdam: regulación y dinámicas de género en el Red Light District)

João Soares Pena¹

RESUMO: Neste artigo discuto a prostituição em Amsterdã a partir de duas dimensões: a regulação do trabalho sexual e a questão de gênero no contexto da prostituição. Embora a prostituição seja regulamentada na Holanda, mostro como o estigma ainda é um obstáculo para que as trabalhadoras sexuais se registrem como tais perante as autoridades, bem como alguns conflitos no bairro. Em seguida, analiso o cotidiano de trabalho nas vitrines que caracterizam o Red Light District, as estratégias utilizadas pelas prostitutas para atrair clientes e a relação com os turistas. Por fim, questiono as ideias de liberalismo e progressivismo vinculadas a Amsterdã, evidenciando a ausência de trabalhadores sexuais masculinos nas vitrines. Isso revela uma dinâmica de gênero pautada nas diferentes formas como se espera que homens e mulheres exerçam suas sexualidades.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição. Amsterdã. Red Light District. Regulação. Gênero.

Abstract: In this paper I discuss prostitution in Amsterdam from two perspectives: the regulation of sex work and the gender issue in the context of prostitution. Although prostitution is regulated in the Netherlands, I show how stigma is still as barrier for prostitutes to register themselves as sex workers before the authorities, as well as some conflicts in the neighbourhood. I then analyse the daily work behind the windows which characterize the Red Light District, the strategies used by the prostitutes to attract customers and their relationship with tourists. Finally, I put into question the ideas of liberalism and progressivism linked to Amsterdam, showing the lack of male prostitutes in the windows. This reveals gender dynamics based on the different ways men and women are expected to exert their sexualities.

Keywords: Prostitution. Amsterdam. Red Light District. Regulation. Gender.

Resumen: En este artículo analizo la prostitución en Ámsterdam a partir de dos dimensiones: la regulación del trabajo sexual y la cuestión de género en el contexto de la prostitución. Aunque la prostitución está regulada en los Países Bajos, muestro cómo el estigma todavía es un obstáculo para el registro de las trabajadoras sexuales frente a las autoridades, así como algunos conflictos en el barrio. Luego analizo el cotidiano laboral en los escaparates que caracterizan el Red Light District, las estrategias que utilizan las prostitutas para atraer a los clientes, así como la relación con los turistas. Finalmente, cuestiono la idea del liberalismo y progresismo vinculados a Ámsterdam, con énfasis en la ausencia de trabajadores sexuales masculinos en los escaparates. Esto revela una dinámica de género basada en las diferentes formas en que se espera que hombres y mujeres ejerzan sus sexualidades.

Palabras clave: Prostitución. Amsterdam. Red Light District. Regulación. Género.

¹ Urbanista pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), analista de Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA). E-mail: joaopena.88@gmail.com



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 16/07/2022
Aceito em 04/10/2022

1 Introdução

A cidade de Amsterdã, capital da Holanda, é famosa, entre outras coisas, por seus canais, seu conjunto urbano medieval e, claro, as vitrines de prostituição localizadas no Red Light District ou, como chamam os nativos, no De Wallen, em alusão aos muros da cidade na Idade Média. Bairro central, histórico e turístico da cidade, o Red Light District abriga muito mais do que apenas a prostituição, é um bairro de uso misto com inúmeras lojas, serviços, instituições, além de ser o local de moradia de muitas pessoas.

A prostituição já se localizava nesse bairro desde os primórdios de Amsterdã, mas foi apenas na segunda metade do século XX que se consolidou uma indústria do sexo no Red Light District. Por volta dos anos 1970, instalaram-se na área outros estabelecimentos como cinemas pornôs, *sexshops*, teatros de sexo ao vivo etc., que, junto com as vitrines, deram ao bairro uma atmosfera distinta. A partir de então, o bairro tornou-se, com a globalização e o conseqüente crescimento do turismo internacional, um dos principais atrativos da cidade, sendo um elemento marcante para a imagem da cidade. (PENA, 2020)

Nas duas últimas décadas, dois acontecimentos foram cruciais para essa indústria do sexo e para a dinâmica do bairro de modo geral. Após um intenso debate nos anos 1990, a prostituição foi regulamentada na Holanda, no ano 2000, e o funcionamento de bordéis, proibido desde 1911, foi descriminalizado. Com isto, uma série de exigências foi imposta ao setor, cabendo seu cumprimento aos proprietários dos bordéis e às trabalhadoras sexuais. Desde então, o município tornou-se responsável pela gestão da prostituição em seu território por meio de instrumentos como o zoneamento, o licenciamento, e as formas de monitoramento da atividade. A prostituição passou, então, a figurar como um elemento importante para o planejamento urbano. (OUTSHOORN, 2012; PENA, 2019, 2020)

Apenas alguns anos após a regulamentação da prostituição e descriminalização dos bordéis, uma campanha foi empreendida contra essa atividade. A partir de uma história única (ADICHIE, 2019), políticos e ativistas antiprostituição afirmavam que as prostitutas do Red Light District seriam vítimas de tráfico de pessoas e exploração sexual e que o bairro estava sob o domínio de criminosos. Como afirma Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 26): “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”. Em 2007, na esteira desse debate, foi lançado o Plano 1012, um plano urbano que pretendia combater a criminalidade no bairro. (AMSTERDAM, 2008) Entretanto, uma análise revelou que seu principal objetivo era criar um ambiente favorável aos interesses e investimentos privados. (PENA, 2020) O combate à criminalidade e ao tráfico de



mulheres foi a estratégia discursiva escolhida para construir um consenso acerca das intervenções propostas, mas cujo pano de fundo consistia em questões econômicas. (AALBERS, 2016; PENA, 2021b; VAINER, 2012)

Nesse plano de “limpeza” do Red Light District, entre 2007 e 2018, foram fechadas 112 vitrines, 26 *coffeeshops*, além de *sex shops*, casas de massagem etc. Eles foram substituídos por novos empreendimentos, como restaurantes, cafés, lojas, galerias, lanchonetes de *fast food* etc. (AMSTERDAM, 2018) Essas mudanças reduziram sobremaneira os postos de trabalho das prostitutas, alteraram significativamente a atmosfera e a geografia da prostituição no bairro, reduziram os comércios e serviços voltados aos moradores e atraíram um grande contingente de turistas. Ao longo dos anos, isso alterou a vida cotidiana de quem mora e trabalha no Red Light District. O projeto mais recente da Prefeitura de Amsterdã é a construção de um “centro erótico” para onde seria transferida parte das vitrines ainda existentes, mas a proposta enfrenta a rejeição das trabalhadoras sexuais e ainda não se efetivou. (PENA, 2021a)

Já discuti em trabalho anterior (PENA, 2019) como está desenhada a regulamentação da prostituição na Holanda da forma como foi instituída em 2000. A partir de uma pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018 no Red Light District, entrevistas, pesquisa documental e bibliográfica, neste artigo discuto como as prostitutas lidam com essa questão em seu dia a dia, que táticas são utilizadas para driblar o controle total sobre seus corpos pelo Estado, além das exigências para o funcionamento das vitrines ainda existentes. Além disso, evidencio a ausência de trabalhadores sexuais masculinos no bairro e apresento três experimentos em que eles ocuparam as vitrines.

2 A regulação do trabalho sexual: entre o acato e a esquivia

A descriminalização dos bordéis e a regulamentação da prostituição na Holanda foram um acontecimento emblemático no ano 2000, reafirmando Amsterdã mundo afora como cidade liberal. (PENA, 2019, 2020) Contudo, as mudanças advindas com essa ruptura não se restringiram às dimensões legal ou burocrática em relação ao exercício da prostituição e, mais amplamente, do trabalho sexual. Isso afetou diretamente a organização da indústria do sexo no Red Light District tanto em termos administrativos quanto em relação à sua organização física, dos locais onde esse trabalho é desempenhado. Tudo isso, sobretudo, em razão da adequação do setor ao novo cenário diante de todas as exigências que o licenciamento apresentava.

Como observado por Diana Helene (2019) em sua pesquisa sobre a prostituição em Campinas, muitas casas de prostituição eram gerenciadas ou pertenciam a prostitutas mais velhas que, após muito tempo na profissão, passavam a desempenhar esse novo papel. Nesse caso, havia



uma relação direta do estabelecimento com o nome de sua dona ou mesmo da prostituta com a casa onde trabalhava. Isso também acontecia no Red Light District de Amsterdã. Neste, havia vitrines que funcionavam no térreo de um prédio enquanto sua dona, uma prostituta mais velha, costumava residir no pavimento superior. De acordo com Gustaaf², proprietário de um bordel que possui várias vitrines no bairro, esses estabelecimentos costumavam ser pequenos, com poucas vitrines em razão de os edifícios serem estreitos, mas existiam vários semelhantes no bairro. Alguns bordéis desse tipo funcionaram até o fim dos anos 1990, quando seu funcionamento não era permitido, porém tolerado pelas autoridades municipais, conforme expliquei anteriormente. (PENA, 2019) Com o novo marco regulatório implantado em 2000, os bordéis precisaram atender a uma série de requisitos para continuarem funcionando, agora legalmente.

Se, por um lado, o licenciamento desses estabelecimentos poderia assegurar maior controle pelo poder público no que tange ao funcionamento dos estabelecimentos e à qualidade dos espaços, por outro lado, provocou uma reorganização do setor. Segundo Gustaaf, esses pequenos bordéis tiveram dificuldade de se manter nesse novo contexto e acabaram sendo incorporados pelas grandes empresas que hoje controlam a maior parte das vitrines. A regulamentação do setor fez necessário o licenciamento do negócio perante o município, mas também as prostitutas precisavam se registrar para trabalhar nas vitrines. Gustaaf explicou que esse não é um processo simples, que os critérios são rígidos e que, depois de concedida a licença, há um monitoramento do funcionamento do bordel pelo município.

Na Holanda, os estabelecimentos e profissionais precisam estar registrados na Câmara do Comércio (*Kamer van Koophandel* – KvK). No caso das prostitutas, elas procedem ao seu registro como autônomas, ou seja, elas não costumam estar vinculadas a um bordel em termos trabalhistas. Os bordéis apenas lhes alugam as vitrines, mas elas são independentes. Isso pode variar em outros ramos da indústria do sexo, ou seja, uma *stripper* ou uma atriz/ator de sexo ao vivo podem ter contrato com uma casa de show, mantendo com esta uma relação trabalhista. No caso das prostitutas que atuam nas vitrines de forma autônoma, elas devem pagar os tributos requeridos pelo município: o imposto sobre o valor agregado (*belasting over de toegevoegde waarde* – BTW), que é, na verdade, um imposto sobre o serviço prestado, equivalente a 21% dos ganhos; e o imposto de renda (*inkomstenbelasting*), cuja taxa parte de 36%, aumentando de acordo com a renda anual. (MAJOOR, 2016)

Ainda com relação à Câmara do Comércio, um elemento interessante e também controverso é que, mesmo a prostituição sendo legal e regulamentada, geralmente as prostitutas omitem essa

² Os nomes dos interlocutores utilizados aqui são fictícios para preservar suas identidades.



informação quando de seu registro. Isso está intimamente ligado ao estigma de puta ainda bastante presente no país ou mesmo pelo fato de muitas, holandesas ou estrangeiras, atuarem aí sem o conhecimento da família. Como explica Gail Pheterson (1996), o estigma de puta é uma marca de vergonha atribuída àquelas que desafiam e transgridem a sociedade heterossexual e monogâmica, ou seja, é uma forma de controle social dos corpos de todas as mulheres. Desse modo, há o receio de que, uma vez que seja pública a informação sobre o exercício da prostituição por determinada pessoa, isso possa lhe acarretar obstáculos em sua vida social. Até mesmo o bordel My Red Light teve dificuldade em abrir uma conta bancária, pois as instituições não queriam relacionar sua imagem à prostituição.

O combate ao estigma foi um dos motes da marcha do Dia Internacional da Prostituta, realizada em 2 de junho de 2018 (Figura 1). Ao longo do percurso que saiu do P&G 292, passou pela Dam Square e seguiu até a Oudekerksplein, no coração do Red Light District, as dezenas de pessoas, entre prostitutas e aliados(as), entoavam gritos de ordem como: “trabalhadoras sexuais são feministas também”, “nós também pagamos impostos”, “ser você mesma(o) não é um crime”, “trabalho sexual é trabalho” e “o estigma mata”. O estigma de puta não se baseia apenas numa separação moral entre “mulher da vida” e “mulher para casar”, trata-se de uma tecnologia de controle construída pelo patriarcado para controlar a sexualidade das mulheres, algo importante para o sucesso do capitalismo. Como afirma Silvia Federici (2019, p. 66), “[...] a sexualidade feminina foi vista, ao mesmo tempo, como ameaça social e, quando direcionada apropriadamente, como poderosa força econômica”. A autora acrescenta que:

[...] o que o capitalismo reintegrou na esfera do comportamento social aceitável para as mulheres foi uma forma de sexualidade dócil, domesticada, instrumental para a reprodução da força de trabalho e a pacificação da mão de obra. No capitalismo, o sexo só pode existir como força produtiva a serviço da procriação e da regeneração do trabalhador assalariado/masculino e como meio de pacificação e compensação social pela miséria da existência cotidiana. (FEDERICI, 2019, p. 68)

Silvia Federici (2017) também explica que a caça às bruxas empreendida contra as mulheres entre os séculos XVI e XVII também foi direcionada às prostitutas, então entendidas como uma ameaça ao “bom” funcionamento da sociedade, pois “[...] o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação”, de modo que “[...] a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista”. (FEDERICI, 2017, p. 178) Ao exercerem sua sexualidade para fins diferentes da procriação, as trabalhadoras sexuais desafiam e rompem com o papel destinado às mulheres na ordem patriarcal capitalista “[...] ao por preço no trabalho sexual e, ainda,



diferentemente das trabalhadoras domésticas, ao exercê-lo fora do domínio do lar”. (PRADA, 2018, p. 44)

Embora estejam trabalhando legalmente, paguem taxas e façam parte da economia urbana de Amsterdã, as prostitutas ainda precisam reivindicar sua permanência nesta cidade. Apesar de haver críticas importantes, a regulamentação deu às prostitutas um lugar dentro do sistema formal do governo holandês, mas não foi o suficiente para superar o estigma e efetivamente reconhecer socialmente essa profissão como legítima. Ao contrário disso, as trabalhadoras das vitrines enfrentam desconfianças, seja na esfera burocrática, seja na esfera social e pública. Articulado a outros fatores, o estigma provoca a violência contra as prostitutas, questão também levantada na marcha. Ao passarem pela Dam Square, todos pararam e parte das presentes fizeram uma *performance*, denunciando o assassinato de prostitutas: muitas se jogaram no chão e permaneceram deitadas e imóveis por cerca de um minuto, tendo sido um momento bastante tocante e significativo durante o protesto (Figura 1)

Figura 1 – Marcha do Dia Internacional da Prostituta em Amsterdã



Fonte: Acervo do autor (2018).

Devido ao estigma, muitas prostitutas temem que o fato de exercerem a prostituição



possa ser usado contra elas no futuro, caso essa informação seja pública ou esteja em documentos oficiais. Nesse sentido, elas frequentemente omitem essa informação quando solicitam seu registro na Câmara do Comércio, preferindo informar que oferecerão “serviços pessoais” em vez de sua real atividade laboral. Esta é, inclusive, uma orientação da associação holandesa de trabalhadoras sexuais, Proud, como forma de proteger a privacidade da trabalhadora e driblar os mecanismos de controle total da prostituição pelas autoridades públicas que, hoje em dia, não se restringe apenas a esse dispositivo, como explica Deleuze (1992).

Em virtude disso, entre outros fatores, como a informalidade no setor, não se sabe quantas prostitutas exercem a atividade na cidade. Joyce Outshoorn (2012) explica que não há dados recentes confiáveis sobre o número de trabalhadoras sexuais (incluindo as prostitutas) na Holanda. A autora acrescenta que, entre 1994 e 2005, houve estimativas distintas que apontavam números que variavam entre 15 mil e 30 mil trabalhadoras sexuais no país e, no ano de 2010, estimou-se que entre 5.150 e 7.660 dessas trabalhadoras atuavam em Amsterdã. Isso foi corroborado por uma funcionária do P&G292, instituição que presta atendimento médico e fornece informações a trabalhadoras e trabalhadores sexuais.

Voltando à questão do registro perante a municipalidade, omitir o fato de trabalhar como prostitutas em seu registro, optando por utilizar uma classificação mais genérica, funciona como uma tática, nas palavras de Michel de Certeau (2014), para se esquivar da estratégia de controle e regulação dos corpos pelas autoridades. Ademais, em uma sociedade patriarcal que exclui, subordina e controla mulheres, nenhum direito está garantido, sendo necessário se manter vigilante.

Para Certeau (2014), a diferença entre tática e estratégia consiste nos tipos de operações que se dão nos espaços que as estratégias são capazes de produzir e impor, por exemplo, a restrição da prostituição em áreas da cidade, de mapear sua presença no espaço, enquanto as táticas podem agir no sentido de manipular, utilizar e alterar as determinações impostas. Estratégias e táticas perpassam relações de poder e saber, como diz Foucault (1988). Saberes técnicos e científicos que direcionam a produção do espaço urbano, por exemplo, são viabilizados porque a eles é conferido poder como elemento preliminar. Esse poder sobre determinadas coisas, de decidir sobre elas, é constituinte das estratégias, definidas por Certeau (2014, p. 93) como “[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.

Nesse caso, a cidade – ou a gestão pública – se define como um “próprio”, ou seja, “o lugar do querer e do poder próprios” (CERTEAU, 2014, p. 93), sendo capaz de decidir sobre algumas



dimensões da vida e do cotidiano de uma coletividade. Resta às pessoas afetadas pelas imposições verticais, que vêm de fora, aproveitar as oportunidades com astúcia para jogar com essas situações. É preciso se manter vigilante e ser criativo para definir táticas para se fortalecer.

Para Certeau (2014, p. 95), “[...] a tática é a arte do fraco”, ou seja, na impossibilidade de reverter as decisões tomadas e impostas sobre um espaço, uma atividade, um grupo de pessoas, caberia aos mais fracos, nessa correlação de forças, não agir como num cabo de guerra, mas, ao contrário, jogar-se no campo de domínio do inimigo, aproveitando-se de suas falhas, subvertendo e ressignificando as leis e as imposições para os fins que lhe interessam. Em distinta medida, isso se assemelha ao que foi descrito por Diana Helene (2019) e Monique Prada (2018) sobre a mudança de nome das prostitutas. Nesse caso, elas adotam um codinome – “nome de guerra” – no “mundo” da prostituição pelo qual passam a ser conhecidas pelos clientes e colegas de profissão.

No caso de Amsterdã, de Wildt (2018) afirma que, por volta de 1960, quando os bordéis ainda eram proibidos, quase todas as prostitutas do Red Light District usavam nomes distintos do seu nome de batismo. Isso funciona como um mecanismo de autoproteção não só nos limites da prostituição circunscrita no Red Light District de Amsterdã, mas também nos sites especializados na oferta de serviços sexuais e em outros arranjos onde a atividade é exercida. Tanto a omissão da prostituição no registro quanto o uso de um codinome são táticas utilizadas pelas prostitutas para preservarem sua vida pessoal.

Diferentemente dessa orientação – ou tática – de omissão do trabalho sexual de forma explícita em seu registro, há quem opte por deixar claro que realiza trabalho sexual. É o caso de Sarah, uma trabalhadora sexual estadunidense que, após o protesto no Dia Internacional da Prostituta, se dispôs a conversar com turistas e curiosos que passavam pela Oudekerksplein sobre o trabalho sexual e os direitos das trabalhadoras sexuais. Ser trabalhadora sexual foi uma das razões para sua saída dos EUA, onde a prostituição é ilegal, e a regulamentação dessa atividade foi um dos motivos para mudar-se para Amsterdã.

Apesar de o exercício do trabalho sexual ser permitido apenas para pessoas oriundas de países da União Europeia, Sarah pode fazê-lo em razão do Tratado de Amizade Americano-Holandês (*Dutch American Friendship Treaty* – Daft), um acordo que permite que um cidadão estadunidense abra um negócio e trabalhe de maneira autônoma³ na Holanda, como é o caso das prostitutas que alugam as vitrines. (PENA, 2020) Esse acordo foi a brecha que ela utilizou para driblar a restrição da atuação de não europeias na indústria do sexo na Holanda, revelando uma distinção entre imigrantes do Norte e do Sul global.

³ O Departamento de Imigração holandês oferece orientações em seu website sobre as condições do Daft. Disponível em: <https://bit.ly/3ERbZJz>. Acesso em: 04 fev. 2020.



Voltando às exigências para o funcionamento das vitrines, cabe destacar que todas devem se localizar próximas ao escritório do respectivo bordel. Assim, caso ocorra alguma adversidade, o gerente do estabelecimento poderá rapidamente prestar assistência e resolver qualquer problema. Cada vitrine se adequa à arquitetura do prédio onde funciona, mas há elementos obrigatórios para seu funcionamento: uma cama, um armário onde as trabalhadoras guardam seus pertences, um sanitário, uma pia, um recipiente para o descarte de agulhas e dois botões de emergência (Figuras 2 e 3). Além de esse recipiente ser utilizado para o descarte de agulhas utilizadas por clientes diabéticos para aplicação de insulina, podemos também relacionar a existência desse objeto ao estigma que remonta aos anos 1970 e 1980 pela presença de usuários de heroína no bairro.

Figura 2 – Representação do interior de uma vitrine no Red Light Secrets

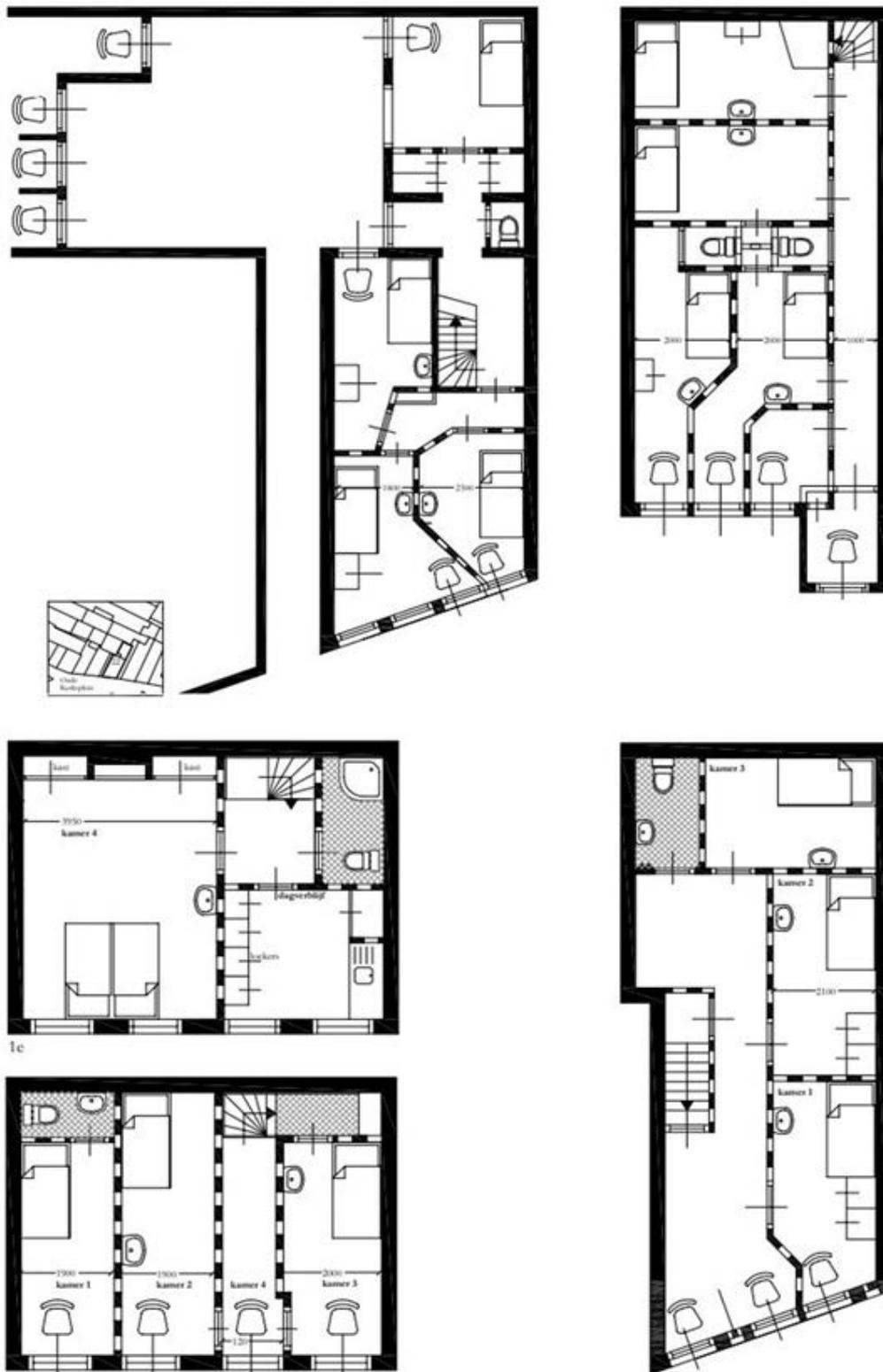


Fonte: Acervo do autor (2018).

Como pode ser observado na Figura 3, embora todas as vitrines devam ter os itens supracitados, a configuração arquitetônica de cada uma varia em virtude das dimensões de cada edificação. Vale ressaltar que há edificações onde a entrada dos moradores dos pavimentos superiores se dá pela própria vitrine, quando esta corresponde ao corredor de acesso à escada. Pelo que foi observado e pelos relatos, isso não costuma gerar conflitos, mas há prédios onde os

pavimentos superiores às vitrines estão vazios.

Figura 3 – Representação em planta baixa de vitrines na Oudekerksplein



Fonte: Buitenhuis (2009).

Durante uma entrevista com Gustaaf, em seu escritório, em frente a um dos canais do



bairro e no pavimento superior a vitrines, fomos interrompidos inúmeras vezes pela chegada de trabalhadoras que alugavam suas vitrines. Ao adentrar o escritório, o processo de recebimento da chave não era tão simples. Após trocarem algumas palavras, as trabalhadoras apresentavam seu passaporte a Gustaaf, que o escaneava e posteriormente o devolvia e, só então, entregava a chave. Ele explicou que esse é um procedimento padrão exigido pelas autoridades, realizado diariamente como maneira de assegurar que ninguém está retendo o passaporte delas, como fazem/faziam os cafetões, ou nos casos de exploração sexual e tráfico de mulheres.

Como podemos observar na Figura 4, o preço do aluguel de cada vitrine varia em função do turno e dia desejado, partindo de € 80,00 e podendo chegar a € 190,00 no turno da noite/madrugada. Conseguir uma vitrine fixa, onde a prostituta pode trabalhar todos os dias, pode levar algum tempo. Felicia Anna, trabalhadora sexual e ativista, contou ter esperado dois anos até alugar uma vitrine permanente. Enquanto isso, ela alugava aquelas que estavam vagas no dia em que precisava trabalhar. Durante o dia, muitas vitrines ficam vazias, tendo cartazes onde se lê *Rooms for rent* ou *Te huur*, indicando, em inglês e holandês, respectivamente, que há vitrines disponíveis para aluguel, as quais são quase completamente ocupadas apenas no período noturno, quando o bairro está mais movimentado. Assim, a redução do número de vitrines promovida pelo Plano 1012 dificulta a atuação das trabalhadoras, uma vez que a definição de um “ponto” fixo é importante para o tipo de cliente que elas desejam atrair e para que clientes fixos saibam onde encontrá-las.



Figura 4 – Vitrines disponíveis para aluguel



Fonte: Acervo ao autor (2018).

Os anúncios fixados nas vitrines informam sobre os turnos e os respectivos valores. Mas, entre as informações fixadas na vitrine do My Red Light (na parte esquerda inferior da Figura 4), algumas valem destaque. O cartaz informa o seguinte: “Trabalho sexual é trabalho! Mostre respeito e não tire fotos ou filme, isto é estritamente proibido! Deixe sua mãe orgulhosa e seja uma pessoa decente” (tradução livre). Primeiro, afirma-se a legitimidade do trabalho sexual e, portanto, a necessidade da garantia de direitos, e também estabelece uma espécie de “código de conduta” – o que não se pode fazer – esperado do visitante em relação às trabalhadoras sexuais. “Ser uma

pessoa decente” parece referir-se não a padrões de moralidade, mas ao respeito que deve ser dado às trabalhadoras em seu local de trabalho, já que as fotos divulgadas na mídia tradicional ou em redes sociais podem lhes render implicações familiares e sociais.

A proibição das fotos reside no fato de que turistas costumam fotografar as vitrines ou tentam fazê-lo, pondo em risco a privacidade das trabalhadoras ao expô-las na internet e redes sociais. Contudo, essa não é uma proibição estabelecida por lei, mas por uma campanha desenvolvida pelos próprios envolvidos no setor. Além do panfleto na vitrine, o alerta está exposto em outros locais do bairro, como mostra a Figura 5. Apesar disso, os conflitos entre as prostitutas e os turistas são constantes, pois os avisos nem sempre são suficientes para inibir aqueles que querem compartilhar imagens das mulheres nas vitrines. Em tempo de redes sociais, a imagem publicada vale tanto quanto a experiência do passeio, em razão, entre outras coisas, da repercussão que ela pode gerar no contexto de uma sociedade espetacularizada.

Figura 5 – Alerta de proibição de fotos



Fonte: Acervo do autor (2018).

3 Prostituição e gênero no Red Light District

Entre tantas vitrines e trabalhadoras sexuais no bairro, uma coisa é digna de nota: não há prostituição masculina nas vitrines. O bairro de prostituição em vitrines mais conhecido do mundo é voltado apenas para a prostituição feminina (cis e transgênero), cuja clientela é masculina, revelando-se uma área bastante generificada. Apesar de ser incomum haver trabalhadores sexuais masculinos nas zonas de prostituição em diversas cidades, se considerarmos a ideia de que Amsterdã



é uma cidade liberal e progressista nos costumes, cabe questionarmos o porquê dessa ausência. É preciso dizer que há trabalhadores sexuais masculinos no Red Light District, mas eles atuam em teatros de sexo ao vivo e casas de peep show. Nesses casos, eles atuam como atores que performam sexo ao vivo, o que se difere da prostituição, mas se insere no conjunto de atividades denominadas como trabalho sexual. Apesar de homens não atuarem nas vitrines, houve três episódios pontuais em 1997, 2006 e 2019 em que eles puderam ser vistos onde normalmente só há garotas.

Durante as frequentes idas ao Prostitution Information Center (PIC) & Proud, uma imagem me causava curiosidade. Tratava-se de um porta-retrato em uma das estantes com uma foto em preto e branco retratando homens seminus em vitrines do bairro. Vemos na Figura 6 que os quatro homens estão posicionados como se estivessem à espera de clientes, com roupas que deixam partes do seu corpo à mostra, com ar de sedução. Sanne, que trabalhou no PIC por volta de 18 anos, ao lado da fundadora da instituição, Mariska Majoor, e acompanhou o que aconteceu na área a partir dos anos 2000, explicou que se tratava de um “experimento” promovido pelo PIC em 1997 e em 2006 (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Experimento com trabalhadores sexuais masculinos em 1997



Fonte: Prostitution Information Center – PIC (1997).



Figura 7 – Experimento com trabalhadores sexuais masculinos em 2006



Fonte: Majoor (2016).

O experimento visava verificar se a presença de trabalhadores sexuais masculinos nas vitrines atrairia mulheres que pagassem por seus serviços. De acordo com Sanne, devido aos custos de locação da vitrine, que ficaram a cargo do PIC, o experimento durou apenas um turno.

O simples e pequeno anúncio num jornal local com a chamada de homens para as vitrines atraiu muitos interessados. Diferentemente do que acontece com as mulheres que atuam nesse setor, não parece ter recaído sobre eles o estigma direcionado àquelas. O fato de eles não esconderem que seriam trabalhadores sexuais por um dia, mas o contrário, indica que não estariam preocupados que



isso lhes afetasse negativamente em seus círculos sociais. No caso desses homens, eram eles que faziam questão de contar a todos que trabalhariam nas vitrines. Após a divulgação, quatro rapazes, em 1997, e oito, em 2007, foram selecionados e assumiram seus postos de trabalho (GIGOLO'S..., 2007). De acordo com Sanne, eles ficaram muito animados com a possibilidade de fazer sexo e serem remunerados por isso. Contudo, a despeito dessa euforia, o resultado pode ter frustrado suas expectativas, apesar de ter sido interessante para entendermos o contexto do Red Light District.

Segundo Mariska Majoor (2016), apenas na primeira vez, em 1997, os homens tiveram algumas clientes, mas nas duas ocasiões o experimento teve mais sucesso na mídia do que financeiramente para os trabalhadores sexuais. Houve muita atenção da mídia, e todos que estavam no Red Light District ficaram bastante surpresos e curiosos, uma vez que a presença desses homens não é comum naquele ambiente marcado pela presença de corpos femininos. Para Sanne, a forma como a dinâmica do trabalho acontece é voltada para o público masculino, pois os homens buscariam ali apenas um rápido momento de prazer. Contudo, ela mesma aponta outras razões para a falta de clientela feminina para os rapazes: a excessiva cobertura da imprensa e os olhares curiosos poderiam ter inibido qualquer interessada no serviço. Além disso, procurar por sexo pago não seria socialmente aceito para uma mulher numa sociedade heteronormativa e patriarcal.

Vimos com Michel Foucault (1988) que as mulheres sempre tiveram seus corpos e desejos sexuais muito mais disciplinados e até patologizados do que os homens heterossexuais. Em sua *História da sexualidade*, Foucault (1988) circunscreve dois grupos: aqueles que teriam poder na ordem da sexualidade (os homens, os adultos, os pais, os médicos) e aqueles que seriam privados de poder (as mulheres, os adolescentes, as crianças, os doentes etc.). Nesse sentido, os que têm mais peso nessa balança do poder têm mais chance de definir as regras do jogo conforme lhes convém.

Se pensarmos a cidade para além da prostituição, observamos que ela está fortemente marcada por uma lógica masculina, direcionada a atender às demandas dos homens heterossexuais. Se as relações se dão conforme jogos de poder, isto também se revela na configuração espacial das cidades, como apontam Montaner e Muxí (2014).

A cada papel corresponde um espaço: a casa e a cidade. Nessa organização excludente, o sujeito público é o homem, o sujeito do discurso da história que converte o parcial em universal. [...]. Segundo o pensamento da diferença sexual, o sujeito do conhecimento não seria um ser neutro universal, mas sexuado, e o conhecimento que esse sujeito pretensamente universal produziu ao longo da história seria somente um conhecimento masculino, no qual nós, mulheres, não nos reconhecemos. (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 197)

Então a produção de cidade não é apenas masculina, é heterossexual, revelando uma hierarquia



sexual dentro desse mesmo gênero. Isso porque os espaços de socialização para homossexuais, por exemplo, geralmente decorrem de processos de resistência, disputa, apropriação e subversão de espaços onde sua presença não cabia. (CORTÉS, 2008; NASCIMENTO; FERNANDEZ, 2010; PENA, 2013) Assim como as zonas de prostituição, esses espaços dissidentes sofreram bastante repressão nas últimas décadas na tentativa de higienizá-los, conforme os valores e interesses de uma sociedade heteronormativa, sendo a “revolta de Stonewall” um marco importante. (COLLING, 2011) Trata-se de uma tentativa de limpeza, de assepsia social, de remover de determinadas áreas corpos indesejados ao convívio social.

Em Amsterdã, sempre houve uma tentativa de concentrar a prostituição em áreas ou edificações específicas, devidamente sinalizadas pelas luzes vermelhas (PENA, 2020), de modo que não se confundissem as prostitutas com as mulheres de família – ou a mulher ideal. (PHETERSON, 1996) Então, há a idealização de uma mulher que não cabe nesses espaços, que não deveria exercer sua sexualidade livremente ou, caso o faça, carregará o estigma de puta, será apontada na rua ou mesmo excluída de certos círculos sociais. Phil Hubbard (2012) demonstra esse ideal de mulher ao discorrer sobre a produção do espaço urbano no ocidente, baseada nos subúrbios residenciais por volta dos anos 1950 e 1960. Enquanto era esperado que as mulheres permanecessem nesses subúrbios com seus afazeres domésticos, os homens circulavam pela cidade para exercer seus trabalhos remunerados.

Portanto, não é estranho que as mulheres optem por buscar serviços sexuais por outros meios que não no Red Light District. Apesar da ausência, é importante ressaltar que não há proibição da prostituição masculina no bairro. Inclusive, o bordel My Red Light deixa explícito em seu website que as vitrines estão disponíveis para quaisquer trabalhadoras e trabalhadores sexuais, sendo um bordel inclusivo:

No My Red Light, mulheres, homens e pessoas trans são bem-vindas para alugar uma vitrine. Somos LGBTI+ friendly e nos orgulhamos disto!! Aqui você encontrará um local seguro para trabalhar. Sua saúde e bem-estar são importantes para nós, e estamos focados em garantir que todos sejam tratados com a mesma dignidade. (MYREDLIGHT, 2022, tradução nossa).

No início de agosto de 2019, homens ocuparam novamente algumas vitrines no bairro durante a semana do orgulho LGBTQIA+, quando ocorre a festa PRIDE (Figura 8), mas dessa vez a iniciativa buscava dar visibilidade a uma questão importante. Promovida pelo My Red Light em parceria com a HUNQZ⁴, um site de acompanhantes masculinos, a ação buscava chamar atenção para a necessidade de proteção e garantia de direitos para trabalhadores e trabalhadoras sexuais.

4 Cf.: Website da HUNQZ disponível em: <https://bit.ly/3ETtau6>. Acesso em: 28 jan. 2020.



Figura 8 – Homens ocupam vitrines de prostituição na semana do orgulho LGBTQIA+



Fonte: Duffy (2019).

Diferentemente das anteriores, nessa ocasião, os garotos não estavam disponíveis para programas, mas os turistas e curiosos poderiam interagir com eles e fazer *selfies*. Além de chamar atenção para melhorias no âmbito do trabalho sexual, a ação também gerou grande visibilidade à agência de acompanhantes, já que esta oferece o serviço para clientes gays, bissexuais e transgêneros. Este acontecimento foi amplamente divulgado em sites de notícias – não apenas locais –, além das redes sociais.

Ainda com relação a essa questão de gênero, não é incomum ver alguma referência a um “blue light district” como parte desse bairro. Durante a pesquisa, isso apareceu em conversas com alguns interlocutores, mas revela alguns equívocos no entendimento sobre as questões de gênero



e sexualidade. Durante uma caminhada pelas ruas do Red Light District, Gustaaf me apontou uma rua onde trabalhadoras sexuais transgêneros atuam. Embora utilizasse o pronome feminino para se referir a elas, ele considerava isto como prostituição masculina.

É possível ver uma concentração de trabalhadoras sexuais transgêneros em duas ruas perpendiculares ao principal canal do bairro: na Bloedstraat e na Barndesteeg. Contudo, estas ruas não se configuram como uma área de prostituição exclusiva para mulheres transgêneros, muito menos para prostituição masculina. Há, inclusive, mulheres cisgêneros que trabalham nessas vitrines, havendo a coexistência dessas trabalhadoras ao longo do dia e da noite. Além disso, não há qualquer restrição legal para que profissionais transgêneros trabalhem em quaisquer outras ruas do bairro. Vale acrescentar que luzes azuis são utilizadas em outras vitrines do bairro, não apenas nas ruas supracitadas, ou seja, não são um signo para representar a presença de um perfil específico de profissionais.

Como vimos, há um estigma que paira sobre as prostitutas de modo geral. Contudo, quando falamos das pessoas transgêneros, esse estigma se soma a outros preconceitos e à exclusão social vivenciados por este grupo, como conta Amara Moira (2018). Então, a definição equivocada de uma *blue light* pode conter um caráter discriminatório, como forma de alertar o turista para que se evite uma “surpresa” supostamente indesejável.

Portanto, mais do que equivocado, isso revela que, além de não haver homens atuando nessas vitrines, há uma divisão na forma como as diversas trabalhadoras são classificadas, conforme sua identidade de gênero. Por um lado, o espaço urbano é organizado de acordo com as atividades e necessidades masculinas, pretensamente universais, como se houvesse apenas um corpo, uma sexualidade e um gênero possíveis. (CORTÉS, 2008) Mas, por outro lado, a especificação – em vez de universalização – de um gênero ou sexualidade dissidente na área de prostituição funciona conforme os valores e interesses de uma sociedade patriarcal e cis-heteronormativa, que tende a colocar à margem tudo aquilo que lhe escapa. Além do mais, é uma forma de efetuar um controle sobre esses corpos, o que também é verdadeiro no caso do confinamento da prostituição em Amsterdã e em outras cidades. Como afirma Cortés (2008, p. 142): “Sem dúvida, quanto mais parte de uma minoria ou menos produtivo alguém for (desempregado, sem documentação legal, etc.), muito mais discriminado, apartado e ausente se sentirá desse projeto ‘para todos’ que conta com bem poucos”.

Se a concentração de trabalhadoras sexuais transgêneros se verifica em duas ruas do bairro, algo semelhante ocorre quando observamos a localização das trabalhadoras sexuais negras. De forma geral, é cobrado o valor de € 50,00 por um programa básico de 20 minutos. Porém o



valor final pode ser mais caro a depender do que o cliente está procurando e quanto tempo deseja estar com uma prostituta. Entretanto é preciso ressaltar que, em duas áreas (Oudekerksplein e Geldersekade) do Red Light District, o valor inicial cobrado é de € 30,00 pelo mesmo tempo. Tanto na Oudekerksplein quanto na Geldersekade – onde não conseguiram fechar todas as vitrines (PENA, 2020) – há uma forte presença de mulheres negras com ascendência ou originárias de países africanos. Embora sejam áreas de conexão e com certa visibilidade, a maior parte dos outros elementos importantes (bares, coffeeshops, sexshops, boates etc.) está concentrada nas ruas Oudezijds Achterburgwal e Oudezijds Voorburgwal. É nestas ruas onde se percebe a predominância de trabalhadoras sexuais brancas, mais jovens e que se encaixam num certo padrão de beleza, chamado por Sarah de “Barbie do leste europeu” (*east-European-barbie*).

Essas diferenças indicam que nessa economia sexual alguns corpos valem mais do que outros, rebatendo-se no espaço que cada uma ocupa para exercer a prostituição. Em outras palavras, isso indica que tanto o valor cobrado quanto a localização das prostitutas podem estar relacionados a questões raciais, assim como ocorre em outros contextos, cujas configurações socioespaciais são definidas a partir de elementos raciais e do racismo.

4 Conclusão

Assim como se utilizaram de uma história única sobre as prostitutas para empreenderem mudanças no Red Light District por meio do Plano 1012, estamos todos familiarizados com uma versão pacificada e simplificada sobre o contexto da prostituição em Amsterdã e na Holanda como um todo. A regulamentação da prostituição em 2000 fez do país um exemplo, além de outros elementos que o fazem figurar como liberal e progressista no contexto internacional. Sendo sua capital e maior cidade, Amsterdã é a maior expressão dessa imagem. Entretanto, como disse Chimamanda Ngozi Adichie (2019), estereótipos são incompletos.

Apesar de importante, a regulamentação da prostituição não acabou com os problemas enfrentados pelas prostitutas em razão do estigma que lhes é atribuído e do lugar destinado a qualquer mulher que desafie o patriarcado. Por isso, muitas delas omitem seu ofício quando solicitam seu registro, já que temem que esta informação, caso se torne pública, venha a prejudicar sua vida em algum momento. Fosse a prostituição considerada um trabalho como outro qualquer, não haveria motivo para ela significar uma mácula na percepção social sobre essas trabalhadoras. Ao contrário, elas continuam reivindicando a legitimidade de seu trabalho, a necessidade da garantia de seus direitos sociais e sua permanência nas vitrines.

O cotidiano das prostitutas no Red Light District – este que provavelmente é o mais



famoso ponto turístico de Amsterdã – é marcado também por conflitos com aqueles que visitam o bairro, com quem as percebe apenas como atrativo turístico e não como as trabalhadoras que são. Interessante também é que nesse bairro não existe prostituição masculina, embora não haja qualquer restrição legal. A ausência de homens nas vitrines se explica na dimensão social, isto é, como se espera que homens e mulheres (heterossexuais) exerçam suas sexualidades, sendo dada aos primeiros a liberdade para vivê-las publicamente e a elas, entre outras coisas, a atribuição do estigma de puta caso pratique a liberdade sexual. A partir da prostituição, revela-se que, em termos de gênero e sexualidade, Amsterdã é menos liberal e progressista do que parece.

Referências

- AALBERS, M. Amsterdam. In: CHENG, T. (ed.). *Red Light City*. Montreal: The Architecture Observer, 2016. p. 82-99.
- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMSTERDAM. *Heart of Amsterdam: future perspectives 1012*. Amsterdam: Municipal Council of Amsterdam, 2008.
- AMSTERDAM. Rekenkamer Metropool Amsterdam. *Feitelijk verloop van Project 1012: Onderzoek Project 1012 – Tussentijdse rapportage*. Amsterdã: RMA, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3EQeUCv>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- BUITENHUIS, C. *Nieuwbouw voor een raambordeel op de Amsterdamse wallen: Architectuur en prostitutie*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de Tecnologia de Delft, Delft, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3F8TBgP>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- COLLING, L. (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3uawMTy>. Acesso em: 15 dez. 2019.
- CORTÊS, J. M. G. *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Senac SP, 2008.
- DELEUZE, G. *Conversações, 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DE WILDT, A. Sex for sale. In: VERZIER, M. O.; AXEL, N. (orgs.). *Work, Body, Leisure*. Rotterdam: Het Nieuwe Instituut, 2018. p. 163-173.
- DUFFY, N. *Male sex workers take over Amsterdam's Red Light District windows for Pride*. Pinknews, [s. l.], 3 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Upao3n>. Acesso em: 5 ago. 2019.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria



Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GIGOLO'S trekken veel bekijks op de Wallen. *Het Parool*, Amsterdam, 31 mar. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3VBrBrB>. Acesso em: 29 jan. 2020.

HELENE, D. *Mulheres, direito à cidade e estigmas de gênero: a segregação urbana da prostituição em Campinas*. São Paulo: Annablume, 2019.

HUBBARD, P. *Cities and sexualities*. New York: Routledge, 2012.

MAJOOR, M. *When sex becomes work: everything that everyone should know about sex work*. 2. ed. Amsterdam: Prostitution Information Center, 2016.

MOIRA, A. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo, 2018.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MYREDLIGHT – Afrekenen Beste deals en nieuwste producten. Amsterdam, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3AZ9IAB>. Acesso em: 28 jan. 2020.

NASCIMENTO, É.; FERNANDEZ, O. Espaços de sociabilidade homossexual em Salvador: há um gueto gay? In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 6., 2010, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Faculdade de Comunicação da UFBA, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3VDRSFH>. Acesso em: 30 jan. 2020.

OUTSHOORN, J. Policy change in prostitution in the Netherlands: from legalization to strict control. *Sexuality Research and Social Policy*, New York, v. 9, n. 3, p. 233-243, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3gH62XX>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PENA, J. S. *Espaços de excitação: cines pornôs no centro de Salvador*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3AWjG0b>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PENA, J. S. Gestão pública da prostituição no Brasil e na Holanda. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/obNxK>. Acesso em: 24 nov. 2020.

PENA, J. S. *Além da vitrine: produção da cidade, controle e prostituição no Red Light District em Amsterdã*. 2020. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FaSCN3>. Acesso em: 25 maio 2022.

PENA, J. S. A construção de um “centro erótico” em Amsterdã: uma mudança radical na geografia da prostituição. *Minha Cidade*, São Paulo, v. 22, n. 256, 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3EQfTT7>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PENA, J. S. A prostituição e a imagem da cidade de Amsterdã. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 97-128, 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3irQdVv>. Acesso em: 30 set. 2022.

PHETERSON, G. *The prostitution prism*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1996.

PRADA, M. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 75-103.

